

PÁG 2 Planejamento Estratégico Abraceel: datas confirmadas! Reservem as agendas

PÁG 5 Aneel abre Consulta Pública para regulamentação do GSF

PÁG 7 CCEE deve iniciar destravamento do MCP em janeiro

PÁG 10 Radar Legislativo

PÁG 11 Curtas

PÁG 13 Próxima semana

Planejamento Estratégico Abraceel: datas confirmadas! Reservem as agendas

Matéria em 1 minuto:

Planejamento será totalmente online entre os dias 16 e 23 de outubro;

Abraceel impetra novo Mandado de Segurança contra a Sefaz-Ceará: 25 empresas associadas participam da ação;

Abraceel cobra da CCEE plano de ação urgente para acabar com as falhas de gestão da informação provocados pelos erros de publicação do PLD;

Diretoria Executiva se reunirá com o ministro de Minas e Energia, em 29.09, para discutir a pauta de modernização do setor e abertura do mercado de etanol.



Tempo de leitura:
3 minutos

As datas para a reunião de planejamento estratégico da Abraceel foram definidas e seguirão o seguinte cronograma:

16.10 – 9h às 12h:

- I. Visão sobre o Futuro do Setor;
- II. Resultado das entrevistas com as empresas associadas;
- III. Propostas das bandeiras Abraceel.

19 a 22.10 – 16h às 18h:

- I. Discussão das bandeiras e consolidação das prioridades.

23.10 – 10h:

- I. Consolidação dos resultados e encerramento.

Enfatizamos que a participação dos associados nas atividades é de fundamental importância, já que a atuação da Abraceel para o próximo ano será definida com base no que for estabelecido pelos associados no planejamento.

Ação Judicial Sefaz-CE:

A Abraceel consultou as associadas sobre adesão ao novo Mandado de Segurança contra a Sefaz-Ceará, juntando as recentes notificações que demonstram a intenção de aplicação retroativa do ICMS. Ingressaram na ação 25 empresas, sendo que oito não participavam da primeira ação e que ficaram responsáveis por pagar o valor do aditivo contratual com os advogados (Ganim e VBSO). Destacamos que o mandado não impede que cada associada discuta individualmente sua notificação, o que é inclusive a recomendação dos advogados. O mandado foi protocolado no dia 22.09 e será distribuído para o desembargador responsável, com expectativa de desfecho nas próximas semanas.

PLD | Nova publicação do PLD pela CCEE e representação do São Francisco

Reginaldo relatou as duas correções na publicação do PLD pela CCEE que ocorreram a) na 2ª semana operativa de setembro e b) na última sexta-feira, dia 19.09. Após alerta dos associados, a Associação atuou junto à CCEE no primeiro caso, o que resultou em nova publicação, às 17h, para corrigir o erro material da Câmara, com base na REN 843 que prevê a publicação do preço até às 21h.

Na última sexta-feira, a Câmara errou novamente e também divulgou os valores do PLD de forma incorreta, desta feita no AppCCEE. A notificação mostrava patamar médio do PLD, não o preço médio da semana operativa. Ainda que tenha justificado o erro no comunicado, a Abraceel cobrou um plano de ação urgente para acabar com erros repetitivos de gestão da informação pela CCEE.

Sobre a representação do São Francisco, Reginaldo relatou que, no PMO de setembro, o ONS informou que avaliava alterar a modelagem das usinas do São Francisco no PMO de outubro. Não foram fornecidos maiores detalhes, sendo que as informações foram divulgadas por agentes de mercado. A Abraceel se reuniu com Aneel e cobrou respeito à Resolução CNPE 07/2016, segundo a qual “Alterações nos dados de entrada (...) deverão ser comunicadas aos agentes com antecedência não inferior a um mês do PMO”. Na última sexta-feira, o ONS informou que não adotará as novas diretrizes no próximo PMO, mas que continua avaliando o assunto.

Abertura do mercado de etanol

Em agosto, a Abraceel enviou carta ao Ministro Bento propondo que o CNPE estabeleça diretrizes para ampliar a competição na comercialização de etanol. De acordo com a Resolução ANP 43/2009, para comercializar o produto, é obrigatório que uma comercializadora seja controlada por dois ou mais produtores ou cooperativas.

Em seguida, no dia 01.09, a Associação se reuniu com o diretor do Departamento de Biocombustíveis do MME para discutir as propostas e, em seguida, houve a publicação da Resolução CNPE 8/2020, que alterou o RenovaBio e autorizou a ANP a regulamentar a redução das obrigações das distribuidoras em troca de contratos de compra de biocombustíveis de longo prazo.

No dia 15.09, foi enviada nova carta ao Ministro Bento reforçando a necessidade de aprimoramentos na regulação e solicitando reunião para debater a abertura do mercado de etanol e de energia como um todo. Como resultado, na próxima terça, 29.09, o ministro receberá a Associação para discutir o tema. A Abraceel aproveitará para discutir também a abertura dos mercados de energia elétrica e gás natural.

MVE

O recente resultado do último MVE motivou a volta das discussões sobre a necessidade de aprimoramento das garantias para participação no mecanismo. O assunto consta da Agenda Regulatória da Aneel, e a CCEE solicitou prioridade para análise da proposta que foi elaborada pela Câmara. A Abraceel aguarda a divulgação das propostas para discutir os detalhes com o Grupo Técnico.

Próximos passos:



GSF

Em reunião da Abraceel com a CCEE, no dia 24.09, o presidente da Câmara, Rui Altieri, informou que a data mais provável para liquidação do GSF, após cumpridas todas as etapas, é março do ano que vem, referente à contabilização do mês de janeiro de 2021. Informou também que pretende marcar reunião com os principais credores e devedores para discutir o parcelamento dos débitos.

Mais informações sobre a reunião na matéria ***“CCEE deve iniciar destravamento do MCP em março”***

Encontro Anual do Mercado Livre e Plataforma Xperience:

Luiz Renato Lemos, do Canal Energia, apresentou aos associados como será a dinâmica do Encontro Anual do Mercado Livre em 2020 em virtude das políticas de isolamento. Realizado totalmente online, o evento ocorrerá nos dias 24 a 26.11 ou 25 a 27.11, com dois painéis de conteúdo por dia. Será agendada nova reunião com o Canal Energia, após o Enase, para discutir o Encontro Anual do Mercado Livre.

Retorno das atividades presenciais da Abraceel:

Reginaldo solicitou aos conselheiros o plano para retorno às atividades presenciais de suas respectivas empresas. Informações e sugestões nesse sentido também podem ser encaminhadas pelas demais associadas, para que a Associação estabeleça um plano de retorno seguro e eficiente para a equipe da Diretoria Executiva, e que atenda aos interesses das associadas.

Aneel abre Consulta Pública para regulamentação do GSF

Matéria em 1 minuto:

Agência deve publicar Resolução Normativa e aprovar as regras de comercialização enviadas pela CCEE até 7 de dezembro;

Vencida essa etapa, a CCEE terá 60 dias para apresentar os cálculos à Aneel;

Na sequência, agentes poderão solicitar a extensão, limitada a sete anos, do prazo das outorgas, abdicando das ações judiciais que travam o MCP.

A Consulta Pública recebe contribuições até o dia 23.10.



Tempo de leitura:
2 minutos

No dia 22.09, na 35ª Reunião Pública Ordinária da Diretoria da Aneel, foi aprovada por unanimidade pela Diretoria da Agência a abertura da Consulta Pública 56/20, que trata da regulamentação do GSF.

Por meio da Nota Técnica 97/2020-SRG-SRM-SRT-SCG/ANEEL, foi apresentada a proposta para o cálculo dos valores a serem compensados e prazo de extensão das outorgas, considerando o deslocamento hidrelétrico por GFOM, bem como os impactos causados pelas usinas estruturantes decorrentes da antecipação da garantia física e das restrições de transmissão associadas à entrada em operação das instalações destinadas ao escoamento.

Além disso, como dispõe a Lei 14.052/20, a proposta prevê que a compensação retroativa sobre a parcela de energia seja realizada, desde que o agente titular da outorga vigente de geração atenda aos seguintes requisitos: (i) desistir da ação judicial cujo objeto seja a isenção ou a mitigação de riscos hidrológicos e renunciar a qualquer alegação de direito sobre o qual se funda ação; e (ii) não ter repactuado o risco hidrológico para a respectiva parcela de energia.

Adicionalmente, a proposta propõe que as usinas cotistas contratadas integralmente no ACR, usinas cotistas licitadas, UHE Itaipu e as CGHs não devam ter extensão da outorga.

O cronograma para a solução do GSF está apresentado na figura a seguir, onde a Aneel tem até 90 dias após a publicação da Lei 14.052/20, que ocorreu em 08 de setembro de 2020, para publicar a Resolução Normativa e aprovar as regras de comercialização enviadas pela CCEE. Ou seja, o prazo vence em 07 de dezembro. Vencida essa etapa, a CCEE terá 60 dias para apresentar os cálculos à Aneel (ou seja, no máximo, até 05 de fevereiro de 2021) e, após a publicação dos cálculos pela Agência, os agentes poderão solicitar a extensão do prazo das outorgas, a qual, segundo a Agência, será limitada a sete anos.



A Agência reconhece os efeitos do Despacho Aneel 2.354/18, segundo o qual o CAde/CCEE pode avaliar e autorizar o parcelamento do pagamento dos débitos. Nesse sentido, os agentes interessados no parcelamento deverão recorrer diretamente à CCEE.

Entretanto, em relação ao rito de pagamento dos débitos, nada foi apresentado nessa Consulta Pública, cabendo ainda ser definido, pela CCEE/ANEEL, como será prevista a operacionalização dos pagamentos.

Por fim, a Relatora do processo, a Diretora Elisa Bastos, argumentou que a regulamentação da Lei do GSF busca devolver à normalidade a liquidação financeira do MCP, ao dar segurança jurídica para o destravamento das operações. Adicionalmente, a Relatora destacou que a proposta apresentada foi elaborada em consenso com as demais instâncias institucionais envolvidas.

A CP recebe contribuições até o dia 23.10, e em breve será agendada reunião do Grupo Técnico da Abraceel para discutir o tema. **A Nota Técnica 97/202020-SRG-SRM-SRT-SCG/ANEEL está disponível no site da Abraceel, em “Contribuições e Notas Técnicas”.**

*Data de publicação da lei: 08.09

CCEE deve iniciar destravamento do MCP em março

Matéria em 1 minuto:

CCEE, em conjunto com o ONS, lança o Portal do Comitê CMO/PLD e afirma que será um ótimo fórum para discutir assuntos como as mudanças na modelagem das Usinas do São Francisco;

CCEE estima que o prazo para o destravamento do MCP ocorra na liquidação a ser realizada em março de 2021;

CCEE realiza P&D em parceria com a Engie e com o ONS, com o objetivo de discutir a implantação do despacho por oferta de preços no Brasil. Nos dias 6 a 8.10 será realizado encontro online entre todos os agentes, para conhecimento da iniciativa;

Marcelo Loureiro destacou quatro pontos a serem aprimorados para a abertura total do mercado: (i) desligamento de inadimplentes; (ii) medição; (iii) supridor de última instância e (iv) solução para a sobrecontratação das distribuidoras.



Tempo de leitura:
3 minutos

No dia 24.09, a Abraceel participou da 3ª Reunião de Interação com Associações do setor elétrico, promovida pela CCEE. Na pauta, entregas de 2020, temas estratégicos, segurança da informação e orçamento 2021.



Entregas 2020

O Presidente do Conselho da CCEE, Rui Altieri, citou brevemente as atividades entregues em 2020 pela Câmara, destacando a normalização das operações durante a pandemia, cumprindo com as contabilizações e liquidações, atendimentos aos agentes, processamentos do MVE, projetos e eventos.

Na sequência destacou o lançamento do Portal do Comitê CMO/PLD, em conjunto com o ONS, e afirmou que seria um ótimo fórum para discutir as mudanças na modelagem das Usinas do São Francisco, uma vez que possui ampla divulgação e participação dos agentes.

Bernardo Sicsú, Diretor de Eletricidade e Gás da Abraceel, elogiou a proposta de discutir o mérito das mudanças da modelagem do São Francisco no Comitê, mas enfatizou que a divulgação das informações das mudanças que afetam a formação do preço precisa ser aprimorada, de forma a haver mais isonomia e transparência entre os agentes.

Formação de Preço

Talita Porto, Conselheira da CCEE, reiterou que o Preço Horário será implementado em 2021, sem possibilidade de postergação. Lembrou que a decisão foi recentemente ratificada pela CPAMP.

Em relação ao preço por oferta, Talita destacou o P&D que vem sendo realizado em parceria com a Engie e com o ONS. O objetivo do P&D é propor um desenho de mercado para implantação do despacho por oferta de preços no Brasil, como almejam alguns. Nos dias 6 a 8.10 será realizado um encontro online entre todos os agentes para conhecimento dos detalhes da iniciativa. Mais informações no link: <https://www.precoporoferta.com.br/>.

Segurança de Mercado

Com respeito à Segurança de Mercado, Roseane Santos, após longa exposição, sintetizou que foram enviadas duas notas técnicas para avaliação da Aneel, tratando dos seguintes temas: (i) critérios de entrada, manutenção e saída; e (ii) garantias do MVE. Sobre o segundo ponto, Reginaldo lembrou que a Abraceel enviou carta à Aneel em julho do ano passado, na qual cobrou aprimoramentos da regulamentação da matéria. A conselheira garantiu que até a próxima segunda-feira, dia 28.09, as duas notas técnicas estarão disponíveis no site da Câmara, para os interessados.

Uma terceira NT está sendo elaborada pela Câmara, com propostas para o duplo flag, novos critérios para o CVaR, condutas atípicas e sanções. Questionada pela Abraceel sobre o prazo de entrega do produto, a Conselheira considera que a referida NT 3 talvez seja concluída e possivelmente enviada para avaliação da Aneel em outubro.

Ademais, a conselheira considera que possivelmente em 2021 ou talvez em 2022 a discussão sobre garantias financeiras poderá ser retomada.

Abertura de Mercado

Dando continuidade à reunião, Marcelo Loureiro mencionou quatro pontos que considera devam ser aprimorados visando a abertura total do mercado: (i) desligamento de inadimplentes; (ii) medição; (iii) supridor de última instância e (iv) solução para a sobrecontratação das distribuidoras.

A Abraceel informou aos presentes que está finalizando um estudo, contratado da consultora Thymos, que aborda os aspectos principais da abertura de mercado, inclusive os apontados por Marcelo Loureiro, e que apresentará o resultado do estudo tanto à CCEE quanto à Aneel e MME.

GSF

Em relação aos cálculos destinados à extensão do prazo de outorga das concessões de geração, a CCEE informou que está trabalhando para apurar os valores e que após essa etapa, haverá um prazo para escrutínio dos números no âmbito da CP Aneel 56/20, que trata da adesão ao acordo autorizado pela Lei. Adicionalmente, a CCEE informou que pretende promover reunião entre os principais credores e devedores, visando debater eventuais pedidos de parcelamento da dívida.

Questionado pela Abraceel sobre o prazo para o destravamento do MCP, Rui Altieri informou que estima que o primeiro pagamento dos débitos ocorra na liquidação a ser realizada em março de 2021 referente à contabilização de janeiro de 2021.

Adicionalmente, um ponto de preocupação levantado pela CCEE, diz respeito às liminares de preferência de recebimento de crédito, com 45 liminares vigentes, e que tem como objeto a preferência sobre qualquer ação judicial, não apenas o GSF, o que é prejudicial ao mercado livre, gerando custos aos agentes e para a Câmara.

A Abraceel é uma das impetrantes dessas ações, com custo estimado pela CCEE em 1 bilhão de reais. Reginaldo Medeiros ponderou que após a adesão dos geradores ao acordo em discussão na Aneel, a Abraceel irá avaliar junto aos seus associados a possibilidade do encerramento consensual entre as partes da Ação sobre preferência de créditos na CCEE, dentro de um acordo geral em que todos concordem também em retirar as suas ações para a efetivação de um mercado menos judicializado.

Orçamento

Finalizando a reunião, foi apresentada a proposta orçamentária para o ano de 2021, que possui as seguintes premissas: (i) projetos em benefício do mercado; (ii) despesas advindas do mercado de energia; e (iii) despesas da CCEE.

Com isso, a proposta apresentada para o orçamento da CCEE em 2021 é de R\$ 180,7 milhões, o que implica aumento de 2,4% em relação ao ano de 2020, e R\$ 15,2 milhões de contribuição associativa mensal, representando uma redução de 0,6% na mensalidade em relação ao ano de 2020. Com isso, a CCEE propõe a contribuição associativa no valor de 0,0919 R\$/MWh em 2021.

A apresentação realizada pela CCEE está disponível na área restrita do associado.



RADAR LEGISLATIVO

O Senado realizou uma semana de esforço concentrado com sessões semipresenciais. O objetivo inicial era a sabatina de mais de 30 autoridades, que exige a votação presencial dos parlamentares. Entretanto, a Casa também deliberou medidas provisórias que estavam próximas de perder a validade:

- MP 971: concede aumento retroativo a janeiro de 2020 aos policiais civis e militares e bombeiros militares do Distrito Federal;
- MP 974: prorroga até o final de dezembro os contratos de trabalho dos profissionais de saúde dos seis hospitais federais no Rio de Janeiro;
- MP 980: recria o Ministério das Comunicações.

Com avaliação positiva dos senadores, é provável que novas sessões presenciais ainda aconteçam este ano, o que pode favorecer a deliberação de projetos estruturantes, a exemplo do PLS 232 (portabilidade da conta de luz) e PL 4476 (nova lei do gás).

Reforma Tributária

As discussões ainda permanecem na comissão mista, e o Instituto Democracia e Sustentabilidade (IDS), coordenado por André Lima, apresentou medidas para que subsídios sejam eliminados de combustíveis fósseis, além de assegurar tratamento diferenciado a quem contribui com a sustentabilidade no país. Essa proposta seria mediante a devolução parcial do IBS (Imposto sobre Bens e Serviços, previsto na reforma), com a criação de um Cadastro Nacional de Atividades Verdes.



CURTAS

Fórum do Gás discute projeto com possível relator

O Fórum do Gás teve reunião com o senador Eduardo Braga (MDB-AM), líder do partido no Senado e apontado como possível relator do projeto do gás na Casa (PL 4476/2020), na última segunda, 21.09. O Senador agradeceu a gentileza da conversa, mas ressaltou que não estava indicado à relatoria. Afirmou que, caso seja designado relator da matéria, apresentará um relatório preliminar para as entidades, de forma a fortalecer o diálogo do Senado com o setor produtivo. Também apontou que, em relação ao texto aprovado pela Câmara, defendia o aprimoramento em três pontos, sendo um deles a inserção de térmicas na base do sistema. Ponderou, contudo, que essas alterações podem ser discutidas no âmbito infralegal. Frederico Rodrigues, Bernardo Sicsú e Ângela Oliveira representaram a Abraceel no encontro, que teve a participação aproximada de 50 associações e federações da indústria e comércio. Na sua fala, Bernardo destacou que todos os agentes tiveram que renunciar a pleitos específicos, para que fosse possível aprovar um texto consensual na Câmara, que estava em discussão há sete anos e foi intensamente debatido em diversos fóruns, além do Legislativo.



Governança da CPAMP

A versão final da contribuição enviada pela Abraceel à Consulta Pública MME 99/2020, que propõe aprimoramentos na Governança da CPAMP, está disponível no site da Abraceel, em “Contribuições e Notas Técnicas”.

Resultado MVE – setembro

No dia 22.09, a CCEE divulgou os resultados do processamento do MVE de setembro, onde foram negociados 690,7 MWmed. O processamento foi realizado em quatro etapas, com produtos com vigência de três meses, e início em 01.10. Cerca de 56% das negociações do certame foram oriundas de energia especial, vendida a PLD mais spread. Para mais informações acesse: <https://bit.ly/2G7UDxI>. (cliqueável)

Save the date: Estudo Thymos de abertura do mercado

No dia 22.09, a Abraceel se reuniu com a equipe da Thymos para discutir ajustes finais ao estudo que trata da abertura integral do mercado brasileiro de energia elétrica. No dia **05.10, das 15h às 18h**, estudo será apresentado aos associados e será disponibilizado para eventuais contribuições. Posteriormente, será iniciado o processo de divulgação na mídia e nas entidades governamentais.

Diretoria ANP

A partir do dia 25.09, José Gutman exercerá o cargo de Diretor Substituto da ANP. Ele ficará responsável pela Diretoria 1, que vinha sendo ocupada por Marcelo Castilho, que também atuava como substituto desde 29.03, com a saída de Aurélio Amaral. A ANP aguarda a aprovação pelo Senado do nome indicado para o Diretor Geral e para a Diretoria 1.



CURTAS

Associados têm desconto no Enase

As empresas associadas à Abraceel ganham 10% de desconto na inscrição do Enase. O evento, que este ano será 100% digital, acontecerá de 29.09 a 02.10 e Reginaldo Medeiros, presidente da Abraceel, participará do painel “Segurança de Mercado: produtos financeiros, derivativos e bolsas”, que acontecerá no dia 01.10. Para obter o desconto, basta adicionar o cupom ENASEABRACEEL10 na hora da inscrição.

Representação Furnas e Mascarenhas

Em 24.09, o Superintendente de Regulação dos Serviços de Geração da Aneel, Christiano Vieira, emitiu o Despacho 2.750 anuindo às recomendações da Carta ONS 0311/DOP/2020, relativas à representação de regras operativas para as usinas hidrelétricas Furnas e Mascarenhas. As regras passam a valer a partir do PMO de novembro de 2020.

Abraceel discute o mercado livre de energia no “CPFL Insights”

Reginaldo Medeiros participou, no dia 24.09, da segunda edição do CPFL Soluções Insights para discutir o mercado livre de energia. Além de Reginaldo, participaram Ricardo Motoyama, Diretor-Presidente de Comercialização da CPFL Soluções e Gilson Granzier, Vice-Presidente administrativo da Ascenty. Na ocasião, Medeiros reforçou os benefícios

do mercado livre como fatores de competitividade do setor produtivo e enfatizou a necessidade de reforma e modernização do setor elétrico brasileiro, sendo a MP 998 um importante avanço na direção do mercado livre, consolidando “consensos” setoriais que vem sendo construídos desde a CP do MME.

Webinar MME e IEA: Reforma do setor de gás no Brasil

No dia 29.09, o MME em parceria com a Agência Internacional de Energia (IEA), realizará webinar “Implementando a reforma do setor de gás natural no Brasil – Perspectivas da experiência europeia”. Na ocasião, serão apresentados alguns dos principais resultados das análises e discussões empreendidas nesses anos de colaboração entre o MME e a IEA, com foco na reforma do setor, realizada graças ao apoio do Prosperity Fund do Reino Unido. Para inscrição no evento, acesse: https://ieaorg.zoom.us/webinar/register/WN_WSinylvrSBGvXBJ8yPLUPg (cliqueável).



PRÓXIMA SEMANA

28.09 – Segunda-feira: Vice-Presidência de Energia participa de reunião do Fase com o escritório Machado Meyer para discutir a reforma tributária, às 15h.

29.09 – Terça-feira: Diretoria Executiva se reúne com o ministro de Minas e Energia, Bento Albuquerque, para discussão da pauta de modernização e ampliação do mercado de comercialização de etanol, às 15h.

Vice-Presidência de Energia participa do Webinar promovido pelo MME em parceria com a IEA “Implementando a reforma do setor de gás natural no Brasil”, às 10h.

29.09 a 02.10 – Terça a quinta-feira: Abraceel participa do Enase, promovido pelo Canal Energia, com o presidente Reginaldo Medeiros, no dia 01.10, às 15h, no painel com o tema “Segurança de Mercado: Produtos Financeiros, Derivativos e Bolsas”.

30.09 – Quarta-feira: Diretoria Executiva participa de reunião do Fase com o escritório DECACCHE para discutir a reforma tributária, às 16h.

01.10 – Quinta-feira: Abraceel e Thymos se reúnem para última reunião de alinhamento antes da apresentação do estudo de abertura do mercado elétrico para os associados, às 16h.